

Bônus dos EUA serão garantia

sexta-feira, 23/8/91 □ 1º caderno □ 5

para títulos da dívida

Salvador — Luciano da Mata

□ O governador da Bahia, Antonio

Teodomiro Braga
Correspondente

NOVA IORQUE — O Brasil deverá comprar bônus do Tesouro dos Estados Unidos para utilizá-los como garantia de pagamento de títulos a serem trocados pela dívida externa. Essa é uma das novidades que explicam a boa receptividade junto aos credores estrangeiros do novo plano brasileiro de renegociação dos US\$ 50 bilhões da dívida de médio e longo prazo com os bancos privados. Pela proposta, o Brasil ganhará uma folga razoável nos pagamentos aos credores privados até o final dessa década, em razão da redução no valor total da dívida e dos dispêndios com juros. O total de bônus do Tesouro americano a ser adquirido pelo Brasil dependerá da escolha dos bancos entre as cinco opções apresentadas aos credores, das quais apenas duas envolvem concessão de garantias. Outra das opções, o chamado "bônus de dinheiro novo", prevê que os bancos farão empréstimos novos ao país, em montante proporcional à parcela da dívida convertida em títulos. Por causa das diferenças entre os títulos, o montante final de redução da atual dívida também dependerá da escolha dos credores.

Otimismo — Hoje haverá nova rodada de discussão entre a equipe brasileira comandada pelo economista Pedro Malan e os 20 representantes do Comitê Assessor dos Bancos Credores. Ontem não houve reunião porque os banqueiros pediram tempo para analisar a proposta apresentada na quarta-feira. Ao contrário do clima de confronto que marcou a tentativa anterior de negociação, em 1990, desta vez o ambiente é de otimismo. Na avaliação dos banqueiros, o novo plano é muito mais realista do que o anterior, porque propõe a troca de dívida por títulos em condições mais próximas das do mercado.

A proposta oferece aos bancos cinco opções para conversão da dívida em títulos de longo prazo de vencimento, duas a mais do que na proposta feita na época da ex-ministra Zélia Cardoso de

Mello. As duas novas alternativas são os bônus conhecidos no mercado pela sigla em inglês Flirb, com vencimentos de 15 e 25 anos. Em ambos os casos, porém, as taxas de juros são significativamente mais baixas que as do mercado nos seis primeiros anos. Em outra opção, os chamados "bônus ao par", também haverá uma redução as taxas dos juros, mas a conversão da dívida se dá pelo valor nominal do antigo débito.

O "valor de face" da dívida também é mantido nos "bônus de dinheiro novo", mas a vantagem para o Brasil, nesse caso, é obtenção de dinheiro novo. Os bancos que aceitarem a trocar sua dívida por esse título serão obrigados a adquirir um montante adicional, proporcional ao valor do antigo débito convertido no novo título.

O desconto na dívida é previsto apenas no denominado "bônus de desconto". A troca se dá com um desconto de cerca de 40% no valor nominal da dívida. Em compensação, os juros a serem pagos pelo novo papel são equivalentes aos do mercado.

Os "bônus ao par" e os "bônus de desconto" apresentam um atrativo a mais para os credores: a garantia de pagamento baseada em bônus de 30 anos de vencimento do Tesouro dos Estados Unidos, seguindo o exemplo do México. Há, entretanto, uma diferença importante entre a proposta brasileira e o acordo do México, considerando o melhor já obtido por um país devedor. As garantias oferecidas no plano brasileiro se limitam ao principal dos títulos oferecidos aos bancos e abrangem apenas dois dos cinco títulos oferecidos.

Outra grande vantagem para os credores do novo plano brasileiro é que todos os cinco títulos de conversão da dívida poderão ser utilizados para investimentos no programa de privatização. Quaisquer que sejam as opções dos bancos entre as alternativas de conversão da dívida, haverá, entretanto, drástica redução nas remessas brasileiras ao exterior para pagamento da dívida nos primeiros anos de implantação do plano.